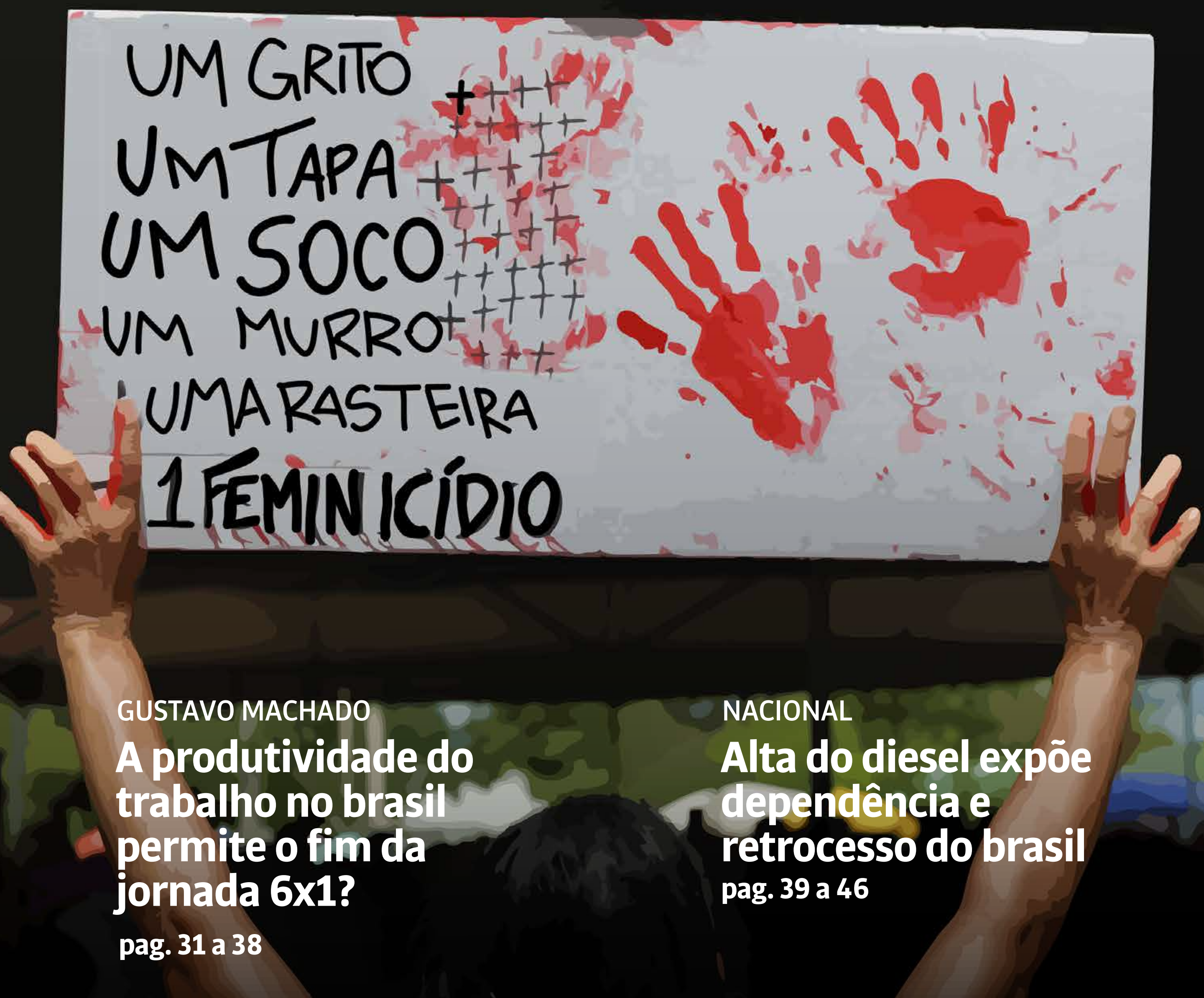


OPINIÃO **SOCIALISTA**

FEMINICÍDIO EM ALTA: MAIS LEIS,
MAIS PACTOS, MAIS MORTES

PAREM DE NOS MATAR

pag. 12 a 21



GUSTAVO MACHADO

**A produtividade do
trabalho no brasil
permite o fim da
jornada 6x1?**

pag. 31 a 38

NACIONAL

**Alta do diesel expõe
dependência e
retrocesso do brasil**

pag. 39 a 46

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4 a 6

NOTAS

**Racismo e transfobia no plenário da Alesp;
Lauro Silva, presente!**

Pág. 7 a 11

EDITORIAL

**O CAPITALISMO GERA
GUERRAS, CRISES E
DESGRAÇA PARA OS
TRABALHADORES**

Pág. 12 a 21

CENTRAIS

**FEMINICÍDIO EM ALTA:
MAIS LEIS, MAIS PACTOS,
MAIS MORTES**

Pág. 22 a 30

NACIONAL

**GREVE NA AVIBRAS
ARRANCA VITÓRIA
HISTÓRICA**

Pág. 31 a 38

NACIONAL | GUSTAVO MACHADO

**A PRODUTIVIDADE DO
TRABALHO NO BRASIL
PERMITE O FIM DA
JORNADA 6X1?**

Pág. 39 a 46

NACIONAL

**ALTA DO DIESEL EXPÕE
DEPENDÊNCIA E
RETROCESSO DO BRASIL**

Pág. 47 a 54

INTERNACIONAL

**PRIMEIRO MÊS DA GUERRA
ARRASTA TRUMP A UM
IMPASSE**

Pág. 55 a 62

INTERNACIONAL

**FORA IMPERIALISMO IANQUE!
UMA VIAGEM EM APOIO AO
POVO CUBANO**

Pág. 63 a 67

NACIONAL

**CLASSIFICAR FACÇÕES COMO
TERRORISTAS É UM TIRO NO
PÉ DO NOSSO POVO**

Pág. 68 a 71

PARTIDO

**BELO SUN AVANÇA SOBRE
XINGU, E RESISTÊNCIA INDÍGENA
GANHA FORÇA COM OCUPAÇÃO
DA FUNAI EM ALTAMIRA**

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

📷 @opiniaosocialista

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo (SP) CEP: 01313-000

CASSAÇÃO JÁ

Racismo e transfobia no plenário da Alesp



Fonte: Reprodução

A deputada estadual Fabiana Bolsonaro (PL-SP) cometeu, no último dia 18, um ato abertamente racista ao pintar o rosto de preto, prática conhecida como blackface, enquanto fazia um discurso transfóbico contra mulheres, atacando diretamente a deputada Erika Hilton (PSOL-SP).

O blackface tem uma história longa de violência simbólica contra a população negra. Surgido como prática racista para ridicularizar pessoas negras, sempre esteve associado à desumanização, à caricatura e à legitimação da opressão. A vereadora estava não só repetindo um gesto ofensivo, mas também afirmando politicamente que esse tipo de violência é

aceitável. No caso em questão, fez isso para sustentar outro ataque reacionário ao negar a identidade de pessoas trans com uma comparação grotesca e ofensiva.

Diante disso, não basta indignação. A atitude da deputada é crime. É necessário exigir uma resposta à altura. A permanência de Fabiana Bolsonaro no cargo significa legitimar o racismo e a transfobia dentro da Alesp. Por isso, é preciso ser categórico: ela deve ser cassada.

O episódio na Alesp é escandaloso e um alerta. Mostra até onde a extrema direita está disposta a ir e o que está em jogo no próximo período. Não dá para relativizar: racismo e transfobia são crimes e incentivam a violência, e quem utiliza um mandato público para propagar esse tipo de ataque não pode continuar no cargo. Cassação já de Fabiana Bolsonaro!

LUTO

Lauro Silva, presente!

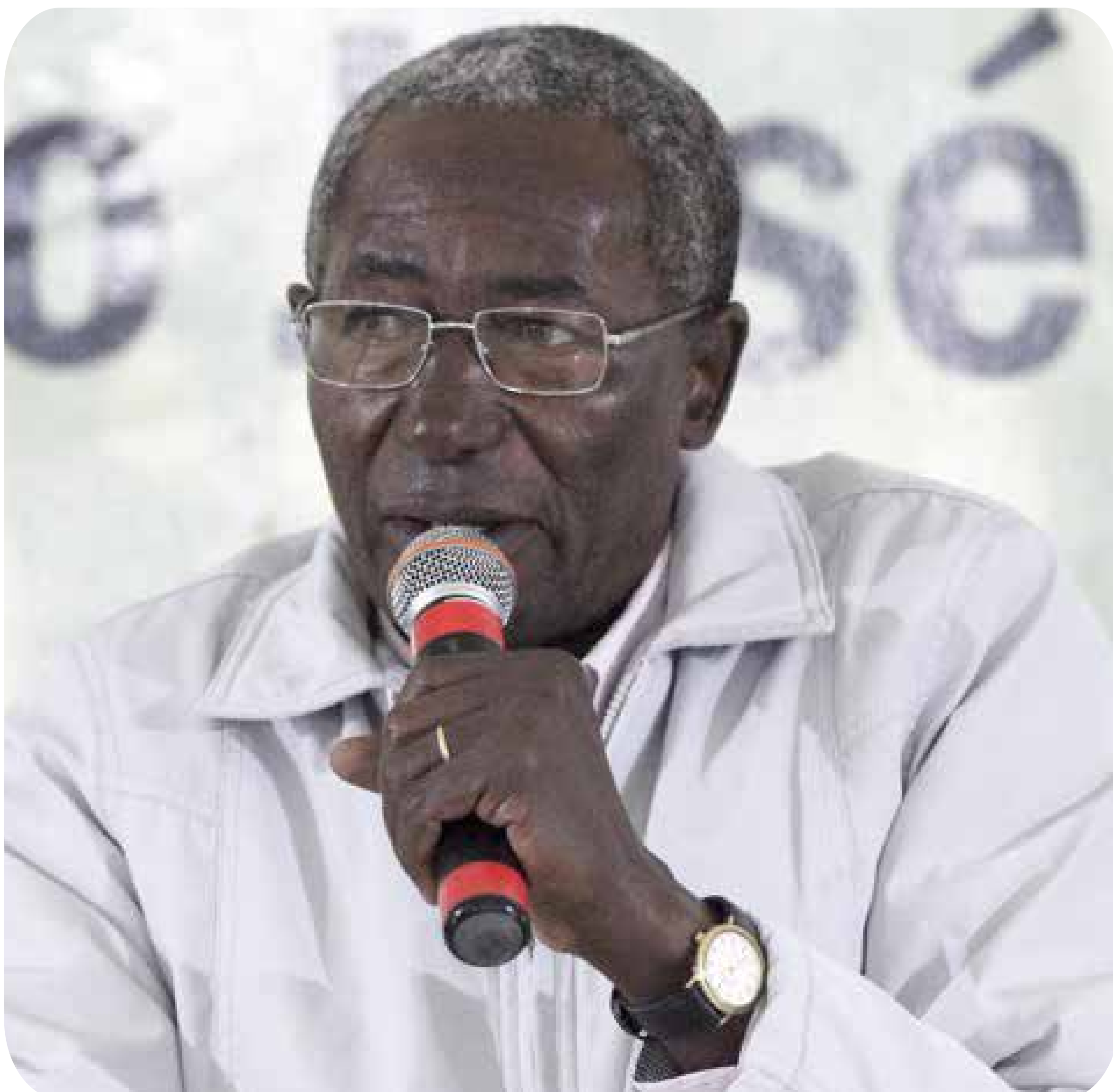
Morreu no dia 24 de março o ex-presidente da Associação Democrática dos Aposentados e Pensionistas (Admap) Lauro da Silva, aos 69 anos.

Lauro foi trabalhador da General Motors e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região durante três gestões, de 1997 a 2006.

Além de liderar mobilizações dos metalúrgicos, Lauro também gostava de dançar e fazer esquetes de teatro. Com sua voz grave e potente, impressionava a plateia ao apresentar

festas da categoria. Ele gravou locuções para o programa do horário eleitoral dos candidatos do PSTU à Prefeitura de São José dos Campos em 2001. Em 2004, foi candidato a vereador pelo PSTU.

Em 2013, ele assumiu a presidência da Admap, onde já compunha a diretoria desde meados dos anos 2000. Permaneceu no cargo até 2022. Na associação, liderou lutas das mais diversas, como pela recomposição do poder de compra dos aposentados e pensionistas e contra a reforma da Previdência do governo Bolsonaro. No ano passado, foi homenageado pela diretoria da Admap pela sua atuação firme em defesa do segmento. Lauro Silva, presente! ■



Fonte: Reprodução

O capitalismo gera guerras, crises e desgraça para os trabalhadores



DA REDAÇÃO



Donald Trump

Estamos assistindo aonde o capitalismo está levando a humanidade. As agressões imperialistas de Trump contra o Irã e a Venezuela, assim como a invasão de Putin contra a Ucrânia, compõem um cenário no qual os conflitos militares são cada vez maiores. Um mundo onde países imperialistas tentam dominar outros países dominados a fim de controlar diretamente recursos estratégicos.

Trump vem tentando subverter a ordem mundial para moldá-la ainda mais aos interesses do decadente imperialismo estadunidense, numa tentativa de retomar a hegemonia incontestável dos EUA diante do emergente imperialismo capitalista chinês.

Um mundo bem diferente do que prometeram no auge do neoliberalismo, com a restauração

capitalista no Leste Europeu e a hegemonia do Consenso de Washington. Em vez de melhorias em nossas condições de vida, paz e democracia, estamos vendo o contrário. Uma crise cujas consequências são jogadas nas costas dos trabalhadores, em meio a um iminente colapso ambiental e ao crescimento da extrema direita e do autoritarismo, subprodutos da frustração social e do desgaste das instituições que já não conseguem oferecer respostas.

UM REGIME FALIDO

No Brasil, a derrota da ditadura civil-militar foi uma grande vitória dos trabalhadores ao permitir a conquista de importantes liberdades democráticas. A Constituição de 1988, porém, prometeu que bastava votar de dois em dois anos, e o país melhoraria e superaria seus problemas estruturais.

A democracia liberal foi incapaz de fazer avançar a garantia dos interesses dos trabalhadores justamente porque ela serve aos interesses dos capitalistas. Mudou-se o regime mas manteve-se o sistema. Não só isso, as liberdades democráticas conquistadas foram limitadas, por isso permanece um entulho autoritário dos anos de chumbo. No fim, isso ressurgiu com peso na extrema direita e no bolsonarismo, que ameaçam os trabalhadores com retrocessos inaceitáveis.

Nesse quadro, o PT não apenas não enfrentou os problemas do país e não atendeu os trabalhadores. É bem pior que isso. Ao longo de 38 anos de Nova República, o PT governou 18. Então, se é verdade que a situação em que nos encontramos hoje é responsabilidade de uma

elite mesquinha, autoritária, exploradora e subserviente ao imperialismo, é também verdade que o PT, junto com a direita e a extrema direita, é corresponsável pela decadência e pelo retrocesso que o Brasil sofre nas últimas décadas. O PT administrou a decadência capitalista, garantindo os interesses dos monopólios enquanto concedia migalhas aos trabalhadores para frear as lutas e assegurar a manutenção da ordem.

O governo Lula e a correlação de forças
Afirmar que não se pode fazer mais porque não existe correlação de forças esconde a própria atuação do governo que mina qualquer possibilidade de se construir uma correlação de forças favorável aos trabalhadores. Por que não atendeu os trabalhadores da Petrobras ou dos Correios quando fizeram greve? Só recuou da privatização dos rios porque foi derrotado pelos indígenas em luta.

O governo comemora todos os ataques que aprovou no Congresso Nacional, como o arcabouço fiscal, em vez de dizer que foram derrotas impostas pela direita. O que prova que é o próprio projeto do PT que está sendo implementando em acordo com o centrão.

CONCILIAÇÃO DE CLASSES DO PT DEVE SER SUPERADA PELOS TRABALHADORES

A política de conciliação de classes demonstra todos os seus limites. Não apenas impede a resolução das debilidades estruturais do país e melhorias na vida dos trabalhadores, como

também dificulta o combate conseqüente à extrema direita.

A questão de fundo é que é necessário desenvolver e reindustrializar o país, o que só é possível enfrentando o imperialismo e os grandes grupos capitalistas. Só expropriando os maiores grupos e monopólios capitalistas e construindo um plano econômico dos trabalhadores será possível romper a longa decadência brasileira.

Apoiar um governo de conciliação de classes só ajuda a desorganizar os trabalhadores, confunde sua consciência e deixa os trabalhadores a reboque dos capitalistas. Isso cria um terreno fértil para o crescimento de projetos reacionários.

NÃO SE COMBATE A EXTREMA DIREITA SEM ENFRENTAR O CAPITALISMO

Alguns setores dizem que primeiro é necessário derrotar a extrema direita e só depois se poderia discutir um programa dos trabalhadores ou a luta contra a burguesia e pelo socialismo. Essa lógica cria uma espécie de escadinha que não existe na realidade. Apostam na volta de um mundo que não existe mais nem pode existir no atual contexto de decadência do capitalismo.

Ignoram que a extrema direita veio para ficar e não desaparecerá com derrotas eleitorais. Ela se sustenta nas contradições profundas do sistema e tende a permanecer enquanto essas condições existirem.

FORTALECER O PROGRAMA SOCIALISTA, A INDEPENDÊNCIA DE CLASSE E A ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONARIA

Está colocada a mais ampla unidade de ação contra os ataques do imperialismo e também da extrema direita. São importantíssimas as mobilizações contra as agressões militares de Trump e as ameaças a Cuba e à soberania da América Latina, sem qualquer apoio político à ditadura iraniana ou da Venezuela, as quais, dentro de seus países, reprimem de forma brutal seu próprio povo e servem aos capitalistas.

Isso deve se combinar com a luta dos trabalhadores pelas suas necessidades imediatas como o fim da escala 6×1 de verdade, sem redução do salário e com redução da jornada. É necessário travar uma dura luta para, no interior da classe operária, fomentar a organização e a luta independente, disputando a consciência para um programa socialista e revolucionário. Só é possível fazer isso enfrentando a conciliação de classes e a pressão da institucionalidade burguesa, que apontam para as eleições como única saída e não como ponto de apoio para a organização e a mobilização dos trabalhadores, além da denúncia do próprio regime.

A pré-candidatura de Hertz Dias à Presidência está a serviço deste projeto. Uma alternativa independente da classe trabalhadora, revolucionária e socialista, para servir como ponto de apoio e impulsionador de um programa socialista e uma estratégia que coloque no horizonte um novo tipo de sociedade, sem exploração ou opressão. ■

MULHERES

Feminicídio em alta: mais leis, mais pactos, mais mortes



ÉRIKA ANDREASSY,
DA REDAÇÃO



Fonte: Reprodução

Março nem acabou e já acumula um saldo brutal de feminicídios. Em poucos dias, uma sequência de assassinatos repetiu o mesmo roteiro: mulheres mortas por parceiros ou ex-parceiros que não aceitaram o fim do relacionamento. A forma varia: faca, arma de fogo, espancamento. O conteúdo é o mesmo: controle, posse, punição.

O país registra ao menos quatro feminicídios por dia. Esse número convive com uma legislação ampliada e sucessivos anúncios de políticas públicas que nada resolvem. As mulheres continuam sendo assassinadas na mesma proporção – ou mais.

LEIS QUE NÃO SAEM DO PAPEL

Nos últimos anos, houve endurecimento penal, criação de protocolos, leis que determinam funcionamento 24 horas de delegacias da mulher e ampliação de medidas protetivas. Falta o elemento decisivo: estrutura material.

Menos de 10% dos municípios brasileiros contam com delegacias especializadas. Quando existem, operam sem equipe treinada, sem plantão contínuo e sem integração com uma rede de proteção. No Judiciário, o cenário se repete: cerca de 150 varas especializadas em todo o país.

Em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas dribla a lei ao multiplicar espaços improvisados em delegacias comuns, reduzindo o atendimento a uma “sala rosa” com um computador para registro de boletim eletrônico.

Medidas protetivas são concedidas, mas não fiscalizadas. Agressores seguem circulando. A mulher denuncia e volta para casa sob ameaça. O desfecho se repete.

GOVERNO LULA

Pactos sem orçamento, governos sem compromisso

Após as manifestações do ano passado, o governo Lula lançou, em fevereiro, um pacto nacional contra os feminicídios, porém sem orçamento e sem metas vinculantes. Apesar do discurso, as mulheres não são prioridade: em

2024, o gasto federal com o combate à violência foi de R\$ 0,11 por mulher.

Nos estados e municípios, o quadro se repete. Em São Paulo, foram destinados valores simbólicos de R\$ 10 para programas de proteção e acolhimento em 2025. Outros estados governados pela extrema direita, como Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, nem sequer aderiram ao pacto nacional.

Sem casas-abrigo, sem equipes multidisciplinares, sem políticas preventivas, a violência se acumula até explodir no assassinato.

UM SISTEMA A SERVIÇO DOS AGRESSORES

O Congresso Nacional produz uma síntese acabada dessa hipocrisia. Aprova projetos que endurecem o discurso contra a misoginia, enquanto avança sobre direitos fundamentais das mulheres, como o PL 1.904, que prevê penas maiores para mulheres que abortam do que para estupradores.

O Judiciário opera no mesmo sentido. Decisões que relativizam a violência, culpabilizam vítimas e absolvem agressores alimentam a impunidade. A decisão que tratou como “relação amorosa” o abuso de uma menina de 12 anos por um homem de 34 revela o papel dessas instituições na reprodução da violência.

O país registra ao menos quatro feminicídios por dia.

ENTENDA

Por que os feminicídios aumentam

O feminicídio cresce porque a estrutura que o sustenta permanece intacta. A crise social aprofunda tensões, aumenta a violência e reforça relações de dominação dentro da família. O machismo segue como base cultural que legitima o controle sobre a vida das mulheres. O Estado, atravessado por interesses de classe, não organiza uma resposta capaz de romper esse ciclo.

Leis penais mais duras atuam depois do crime. Pactos sem recursos não alteram a realidade. Campanhas isoladas não enfrentam a base material da violência. A combinação desses fatores produz um cenário em que o problema é reconhecido, mas não enfrentado.

Em 2024 o gasto federal com o combate à violência foi de R\$ 0,11 por mulher.

INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

Não às saídas institucionais

As respostas predominantes se concentram em saídas institucionais: eleger mais mulheres, ajustar a legislação. Essas medidas não deslocam o eixo do problema. Mantêm intacta a lógica de um Estado que administra a crise sem a enfrentar. Direções hegemônicas cumprem um

papel ativo nessa política ao blindar o governo Lula e conter a mobilização independente das mulheres trabalhadoras.

A contenção real do feminicídio exige investimento massivo, políticas estruturais e ruptura com prioridades que colocam o ajuste fiscal acima da vida das mulheres. Exige também organização independente das mulheres trabalhadoras para impor essas mudanças.

O aumento dos feminicídios expressa uma sociedade que combina exploração econômica e opressão de gênero. Enquanto essa base permanecer, a violência seguirá produzindo mortes. A resposta está na organização independente das mulheres trabalhadoras, enfrentando governos, instituições e o sistema que sustenta essa barbárie.



Foto: Romerito Pontes

MACHISMO

Red pill: o ódio às mulheres organizado na internet



JOANA SALAY E MANDI COELHO,
DE SÃO PAULO (SP)



Foto: Maísa Mendes

Em meio à epidemia de feminicídios no Brasil, ganha força a disseminação de uma cultura misógina organizada nas redes sociais, expressa no movimento red pill (pílula vermelha, em inglês). O que antes circulava em espaços marginais hoje alcança milhões de jovens, influenciando comportamentos, relações e oferecendo base ideológica para a violência contra as mulheres.

O QUE ESTÁ POR TRÁS DA CULTURA RED PILL

No universo red pill, influenciadores prometem um suposto despertar, revelando a verdade sobre as relações. A narrativa sustenta que as mulheres seriam manipuladoras por essência e interpretam as transformações nas relações de gênero, especialmente a maior autonomia

feminina, como ameaça à posição masculina. A partir disso, constrói-se uma visão baseada no controle, no desprezo e na desigualdade.

Termos como alfa, beta e valor de mercado organizam relações a partir de hierarquias de poder. Afeto, convivência e sexualidade passam a ser tratados como disputa e dominação. Comunidades como fóruns no Reddit, grupos incels e MGTOW (Men Going Their Own Way, ou “homens seguindo seu próprio caminho”) estruturam esse ambiente, que surgiu dos chans da deep web e se expandiu para plataformas como YouTube, Telegram, Discord, TikTok e Instagram.

A difusão dessas ideias cumpre um papel político direto, articulando-se com projetos reacionários que atacam direitos e reforçam valores conservadores, funcionando como canal de radicalização, em especial entre jovens.

O CONTEÚDO DE ÓDIO SE ESPALHA

O discurso red pill começa com um conteúdo sobre autoestima ou frustrações pessoais. Aos poucos, porém, transforma-se numa defesa aberta de que problemas sociais são culpa das mulheres, e o ressentimento passa a ser dirigido contra elas. Circulam conteúdos que defendem manipulação, naturalizam a violência e ridicularizam vítimas. Influenciadores ensinam a controlar mulheres.

No Brasil, viralizaram recentemente vídeos em que homens simulam agredir mulheres num cenário hipotético em que fossem rejeitados, acumulando milhões de visualizações. Aparecem

como conselho, humor ou trend, mas é, na prática, a difusão sistemática de uma ideologia de ódio.

Ao mesmo tempo, essa dinâmica se converte em um negócio altamente lucrativo. Quanto mais polêmico e agressivo o conteúdo, maior o engajamento. Influenciadores acumulam milhões de seguidores e monetizam esse material por meio de publicidade, cursos e doações, enquanto as plataformas impulsionam justamente o que gera mais alcance, mesmo quando baseado em discurso de ódio. A misoginia se transforma em uma verdadeira indústria.

Movimentos como o red pill conferem base ideológica para a violência contra as mulheres.

DAS TELAS À REALIDADE

Quando o ódio virtual vira violência real

Essa dinâmica não fica restrita às redes. No Rio de Janeiro, o estupro coletivo de uma adolescente reacendeu o debate sobre a influência dessas comunidades. Em São Paulo, estudantes criaram uma “lista de meninas estupráveis”. No mesmo estado, um tenente-coronel da PM, acusado de assassinar a companheira, trocava mensagens com termos como “macho alfa provedor” e “fêmea beta, obediente e submissa”.

Esses casos evidenciam como essa ideologia circula para além da internet e contribui para naturalizar a violência contra as mulheres. A violência deixa de parecer absurda e passa a ser justificável.

SAÍDA

Combater a misoginia é tarefa da classe trabalhadora

Diante desse cenário, é urgente enfrentar o movimento red pill, responsabilizar plataformas, combater redes de ódio e fortalecer políticas de proteção às mulheres. Também é preciso disputar a consciência dos jovens, hoje alvo direto desse tipo de conteúdo.

As grandes plataformas sabem o que viraliza e dá engajamento e não fazem nada a respeito porque preferem se manter lucrando com a disseminação do ódio às mulheres. É preciso enfrentar as big techs, atacando seus lucros e construindo um espaço on-line público, gratuito e sob controle dos trabalhadores.

O problema, porém, é mais profundo. Enquanto persistirem as condições que alimentam a desigualdade e a opressão, ideologias como essas seguirão encontrando terreno fértil. Enfrentar o machismo, inclusive dentro da própria classe trabalhadora, é parte central dessa luta.

Sindicatos, centrais e movimentos sociais

precisam incorporar esse enfrentamento de forma permanente, articulando a luta contra a violência com a disputa ideológica e o fortalecimento da organização coletiva das mulheres e de seus direitos democráticos.

Ao mesmo tempo, é preciso compreender que a superação da desigualdade e da violência contra as mulheres está ligada à transformação das condições materiais que as sustentam. Isso coloca a necessidade de lutar por uma sociedade sem exploração e sem opressões, construída por meio da mobilização consciente e organizada da classe trabalhadora.■



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

DIREITOS E SOBERANIA

Greve na Avibras arranca vitória histórica

Luta dos trabalhadores é responsável por retomada de empresa bélica estratégica para o país



**ANA PAULA SANTANA, PESQUISADORA DO ILAESE,
WELLER GONÇALVES, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS
METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO**



Ocupação 1000 dias de greve na Avibras — Foto: Roosevelt Cássio

Após mais de três anos de paralisação e uma das mobilizações mais estratégicas da história recente da indústria brasileira, começam a surgir os primeiros passos para a retomada das atividades da Avibras. É fundamental afirmar: a volta da empresa não foi fruto da boa vontade dos proprietários nem da iniciativa do governo, mas da mobilização permanente organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região e seus apoiadores.

Desde março de 2022, operários e operárias

sustentaram uma greve histórica contra salários atrasados, o abandono da empresa e o risco real de fechamento da fábrica. Foram 1.280 dias de resistência em condições extremamente difíceis que, ainda assim, impediram a liquidação da empresa e sua entrega silenciosa ao capital estrangeiro.

Nos últimos meses, as negociações avançaram. Em julgamento realizado no dia 10 de março, o Tribunal de Justiça de São Paulo rejeitou o pedido de credores ligados ao mercado financeiro que buscavam anular o plano alternativo de recuperação judicial da empresa. Caso fosse aceito, o plano de retomada da Avibras ficaria comprometido, abrindo caminho para sua entrega ao capital estrangeiro e prolongando as incertezas vividas pelos trabalhadores. Ao barrar essa investida, a decisão judicial preservou a possibilidade de reorganização da unidade.

CAMPANHA

A decisão também se relaciona com a forte campanha pública e política impulsionada pelo sindicato, que reúne apoio de pesquisadores, militares e organizações sindicais e políticas. Ao denunciar a entrega da Avibras e defender sua estatização, a mobilização levou o tema ao centro do debate nacional. Reuniões com o Ministério da Defesa, com o vice-presidente Geraldo Alckmin, com o BNDES e outras instituições pressionaram por um posicionamento diante do risco de desnacionalização da principal indústria bélica do país. Apesar do discurso em defesa da soberania, o governo Lula, por sua vez, não se

moveu em defesa dos trabalhadores ou pela manutenção dessa empresa estratégica.

Paralelamente à decisão da Justiça, foi aprovado, em uma calorosa assembleia no dia 11 de março, o acordo para negociação da dívida trabalhista. A deliberação foi resultado de semanas de debates e discussões coletivas, em um processo organizado de informação que garantiu à categoria plena compreensão dos termos negociados. Cada trabalhador pôde consultar, junto ao departamento jurídico do sindicato, os valores a receber e avaliar as condições do acordo. Somente após isso a proposta foi submetida à votação e aprovada, expressando uma decisão consciente e construída pela própria categoria.

Não foi só negociação, foi luta! A greve impôs uma saída e demonstrou que a mobilização e a estratégia política é capaz de enfrentar a destruição da indústria nacional.

CAMINHO PARA A VITÓRIA

Direção classista e estratégia socialista

A greve foi marcada por um princípio que conduz a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região: a democracia operária. Esse princípio orienta que as decisões que dizem respeito à vida dos trabalhadores são tomadas por eles próprios e não por dirigentes isolados em salas de reunião.

Trata-se de um método de organização no qual

os trabalhadores têm acesso às informações, participam do debate e decidem, por meio de assembleias, os rumos da luta. No caso da Avibras, esse princípio foi aplicado na prática desde o início da crise, quando o sindicato não apenas conduziu as negociações, mas garantiu que cada passo fosse explicado, debatido e submetido à decisão coletiva.

Essa forma de condução da greve não é casual. A direção do Sindmetal-SJC é marcada historicamente pela presença de militantes vinculados ao PSTU, forjados na tradição classista, comprometidos com a independência de classe e a luta contra os interesses do capital. Isso se expressa em princípios concretos: nenhuma confiança em promessas de governos ou empresários, nenhuma carta branca para negociações feitas por cima e a centralidade da ação direta dos trabalhadores como motor das conquistas. Desde o início da crise da Avibras, essa orientação se traduziu na confiança da força da greve, na ampliação da mobilização e politização da luta.

Ao mesmo tempo, a defesa da estatização da empresa sob controle dos trabalhadores deu à greve um horizonte estratégico, elevando o conflito para além da pauta imediata e colocando em debate o futuro da indústria nacional. Foi essa combinação – independência de classe, democracia operária e estratégia política – que permitiu que a luta da Avibras ultrapassasse os limites de uma negociação econômica e se afirmasse como um enfrentamento direto à desindustrialização e à entrega do país ao capital estrangeiro.

SOBERANIA

Resistência contra a desindustrialização

A retomada das atividades da Avibras tem um significado que vai muito além da preservação de empregos. Trata-se da defesa de um dos principais pilares da indústria de defesa do país. Fundada em 1961 por engenheiros do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), a empresa construiu, ao longo de décadas, uma base tecnológica avançada no desenvolvimento de foguetes, sistemas de artilharia e mísseis, tornando-se referência internacional e sendo peça estratégica para a soberania nacional.

Em um país marcado por um profundo processo de desindustrialização, impedir o desaparecimento de uma empresa com esse nível de tecnologia e capacidade produtiva é um feito de enorme importância. Nas últimas décadas, o Brasil assistiu ao fechamento ou à desnacionalização de empresas estratégicas, como a Engesa, levada à falência, a Embraer, hoje subordinada em grande medida ao capital estrangeiro, e a Helibras, controlada por uma multinacional.

Nesse cenário, a luta dos trabalhadores da Avibras demonstrou que é possível resistir. Ao impedir a liquidação da empresa e sua entrega ao capital estrangeiro, a greve conquistou uma vitória que ultrapassa os limites da fábrica e se coloca como defesa concreta da indústria.

CAPITAL ESTRANGEIRO

Derrubando os abutres

Desde o ano de 2022, grupos internacionais – da Austrália, da China, do Oriente Médio e fundos globais – disputam a aquisição do parque industrial, da tecnologia estratégica e do conhecimento acumulado por décadas para interesses estrangeiros.

João Brasil – herdeiro do projeto fundado por engenheiros do ITA e responsável por mais de 95% das ações –, que durante décadas esteve à frente da empresa, já não detém o controle da Avibras. Com o processo de recuperação judicial, a gestão passou para o interventor, o advogado e empresário Fábio Guimarães Leite, que assumiu a condução da empresa após a aquisição das ações por meio da Vita Gestão e Investimentos. Ainda que formalmente brasileiro, o novo controlador está vinculado à lógica dos fundos de investimento, o que mantém aberta a disputa sobre o futuro da empresa e o risco permanente de sua entrega ao capital.



Ocupação 1000 dias de greve na Avibras — Foto: Roosevelt Cássio

SANGUESSUGAS

Essa ameaça não se restringe à Avibras. Toda a indústria brasileira vem sendo pressionada pelo avanço do capital estrangeiro, que atua como abutres sobre uma base industrial fragilizada, aguardando, e muitas vezes impulsionando, o fechamento de fábricas para ampliar seu controle sobre setores estratégicos. Esses grupos já demonstraram que seu objetivo não é desenvolver a produção nacional, mas aprofundar a dependência tecnológica, transformando o país em mero consumidor de produtos de alto valor agregado.

É nesse cenário que a luta dos trabalhadores da Avibras ganha ainda mais relevância. Ao enfrentar esses interesses e impedir a entrega imediata da empresa, a greve colocou um freio nesse processo e reafirmou uma saída oposta: a defesa da estatização sob controle dos trabalhadores. Não se trata apenas de uma reivindicação, mas de uma estratégia para impedir a destruição da indústria nacional e garantir que o conhecimento e a capacidade produtiva acumulados permaneçam a serviço do país.

Toda a indústria brasileira vem sendo pressionada pelo avanço do capital estrangeiro, que parasita a riqueza produzida pelos trabalhadores.

ESTATIZAÇÃO SOB CONTROLE OPERÁRIO

O Estado sustenta, o capital controla

A trajetória da Avibras revela uma contradição central do capitalismo brasileiro: a dependência direta do Estado para viabilizar setores estratégicos. Ao longo de décadas, a empresa foi sustentada por projetos militares, financiamentos do BNDES e da Finep, incentivos fiscais e contratos com as Forças Armadas. Foi o dinheiro público que financiou pesquisa, inovação e maquinários e garantiu demanda, o que deve ocorrer, desde que esteja a serviço da soberania nacional.

No entanto, estudos do Ilaese mostram que, mesmo com esse apoio, a lógica do setor favorece a exportação da produção estratégica, enquanto o Brasil segue importando armamentos e aprofundando sua dependência. No presente, não é diferente: a retomada da Avibras depende diretamente de contratos públicos, em especial das encomendas do Exército.

Ou seja, o Estado financia, sustenta e garante mercado, mas o controle permanece em mãos privadas. Socializam-se os custos, enquanto decisões e lucros seguem subordinados ao capital. A crise da Avibras escancara que uma empresa estratégica não pode ficar refém de proprietários ou investidores. Se o Estado financia, o controle deve ser público.

A conquista arrancada pelos trabalhadores – o pagamento dos salários e a possibilidade

concreta de retomada da produção – não encerra a luta, mas abre uma nova etapa. Demonstra, na prática, que a mobilização é capaz de alterar os rumos da empresa e impedir sua destruição. É a partir dessa vitória que se fortalece a perspectiva estratégica: a estatização da Avibras, sem indenização aos acionistas e sob controle dos trabalhadores.■



Ocupação 1000 dias de greve na Avibras — Foto: Roosevelt Cássio

JORNADA DE TRABALHO

A produtividade do trabalho no Brasil permite o fim da jornada 6x1?



GUSTAVO MACHADO,
DO CANAL ORIENTAÇÃO MARXISTA



Militância do PSTU em ato na avenida Paulista, em São Paulo, pelo fim da escala 6x1 | Foto: Maisa Mendes

Com o avanço da luta pelo fim da jornada de trabalho 6x1, federações patronais, megaempresários e políticos como Nikolas Ferreira (PL-MG), em tom vacilante e hipócrita, dizem: não dá para reduzir a jornada. O motivo? A produtividade do trabalho no Brasil, dizem, é baixa. Se a jornada cair, a consequência será mais desemprego e inflação. É inevitável, garantem. Seria a única forma de as empresas compensarem a elevação dos custos.

E o trabalhador entra onde? Entra como sempre entrou. Deve entender a situação. Deve ser responsabilizado por essa produtividade dita baixa e agir com responsabilidade em relação ao futuro. Deve produzir mais. Trabalhar mais. Quem

sabe assim, um dia, a produtividade finalmente melhore – e aí, talvez, se possa pensar em trabalhar menos.

Devemos dizer sem voltas: todo esse discurso sobre a produtividade no Brasil é mentiroso do começo ao fim. O que os economistas e federações patronais de plantão chamam de produtividade e políticos, como Nikolas Ferreira, repetem como papagaios não é produtividade, mas complexidade média do trabalho no país.

O QUE É PRODUTIVIDADE DO TRABALHO?

O que a patronal e seus representantes chamam de produtividade é, na verdade, o PIB por hora trabalhada. A ideia é simples. Pegamos o PIB do país em um dado ano e dividimos pelo total de horas trabalhadas, ou seja, o total de trabalhadores multiplicado pela jornada de trabalho. Qual o problema dessa forma de calcular a produtividade? Tudo.

Se um mesmo grupo de trabalhadores, suponhamos na indústria de calçados, passou a produzir com uma nova máquina o dobro de mercadorias no mesmo tempo, sua produtividade dobrou, correto? Correto, mas como fica o PIB por hora trabalhada? Ele também dobrou? Não necessariamente.

O problema é que, quando temos um salto de produtividade, ele tende a ser generalizado pelas demais empresas que concorrem no mesmo mercado. O resultado desse processo é a redução do preço das mercadorias. Nesse exemplo, se o sapato custava R\$ 200, ele passa a custar, com esse salto de produtividade,

R\$ 100. A produtividade dobrou, mas o PIB por hora trabalhada continua exatamente o mesmo.

Muitos podem achar que o exemplo que demos acima é fantasioso, porque não vemos na realidade os preços baixarem a todo o tempo. Apesar disso, esse aumento de produtividade acontece sim, e há muito tempo. Só não aparece como queda brusca de preços porque se dá aos poucos, ao longo de décadas. Basta olhar em perspectiva.

Telefone fixo já foi artigo de luxo no Brasil; hoje, um celular, muito mais sofisticado que os telefones antigos, chegam a praticamente toda a população. O automóvel, antes privilégio de ricos, virou produto acessível, ainda que com sacrifício, a uma parte significativa da classe trabalhadora. O mesmo vale para geladeira, máquina de lavar, passagens de avião e televisão. Nada disso ficou barato de repente; foi um processo longo de aumento de produtividade e difusão tecnológica.

Tomemos o caso do setor automobilístico. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), em 1990 tínhamos uma média de 6,6 veículos por trabalhador no setor. Ao fim de 2024, essa média foi de 24,3 veículos por trabalhador: um crescimento maior que 270% e de cerca de 4% ao ano. O crescimento real, na verdade, é muito superior a esse, pois um veículo hoje é muito mais complexo e possui muito mais valor agregado. Um carro médio de 1990 era muito mais simples – pouca eletrônica, padrões de segurança básicos e menor eficiência – enquanto hoje, mesmo modelos ditos populares, de

empresas como Volkswagen e Fiat, incorporam múltiplos sistemas eletrônicos, sensores, softwares, airbags, ABS.

Os ganhos de produtividade são tão grandes que qualquer trabalhador percebe isso no dia a dia. Na indústria, linhas automatizadas permitem que poucos operários produzam o que antes exigia centenas. No comércio, um único funcionário com um sistema de caixa e estoque informatizado controla milhares de produtos em tempo real. No setor bancário, operações que antes exigiam filas, formulários e vários postos de trabalho agora são feitas por aplicativos de bancos em segundos, por milhões de clientes ao mesmo tempo.

Com computadores, automação e inteligência artificial, um único trabalhador supervisiona processos que realizam milhões de operações. A produtividade é sempre algo concreto: o que e quanto se produz em um período de trabalho. Não é nunca o dinheiro produzido em um dado tempo.

Quando temos um salto de produtividade, ele tende a ser generalizado pelas demais empresas que concorrem no mercado. Resultado: os preços caem, mas o PIB por hora trabalhada permanece o mesmo.

BAIXO VALOR

PIB por hora trabalhada expressa decadência do Brasil

Aquilo que a pseudociência chamada economia costuma classificar de “produtividade do trabalho” – o PIB por hora trabalhada – não mede diretamente o quanto se produz em termos físicos, mas o valor incorporado ao que é produzido. Em outras palavras, reflete o grau de complexidade do trabalho característico de cada um dos setores que compõem a economia. Atividades que concentram tecnologia, conhecimento e cadeias produtivas mais densas tendem a gerar mais valor por hora. Por esse critério, o Brasil avança pouco, algo como 0,9% ao ano. Isso não é casual.

A estrutura produtiva do país vem se concentrando em setores de menor valor agregado, como commodities agrícolas e indústria de alimentos, enquanto áreas mais intensivas em tecnologia – como software, semicondutores e equipamentos avançados – permanecem dependentes do exterior. Grandes grupos empresariais preferem operar em setores de retorno rápido e risco menor, evitando a disputa em segmentos onde o investimento é alto e o resultado, incerto.

O problema é ainda pior. Não produzimos esses bens de maior valor, mas precisamos deles para produzir aqui. Eles entram nas fábricas, nos bancos, no comércio por meio de importações. Como consequência, a produtividade cresce do mesmo jeito com o uso de máquinas e softwares

sofisticados. Mas os empregos adicionais para produzir essas máquinas e softwares são criados no exterior.

Diante disso, a saída proposta pelos representantes dos patrões é sempre a mesma: reduzir custos. Isso significa aumentar jornada de trabalho, apertar salários e buscar competir com países como o Vietnã em setores mais simples, como a indústria tecelã.



Adicionar fonte

NÃO SE DEIXE ENGANAR

Sem redução da jornada, o desemprego vira mato

Todas as novas tecnologias são conquistas das pessoas em geral, da humanidade. Elevam nossa capacidade de se apropriar dos recursos da natureza e utilizá-los a nosso serviço. Inclusive de modo a reduzir os impactos ambientais de qualquer tipo. No entanto, no capitalismo, a produtividade é utilizada como arma para vencer

os concorrentes, produzindo produtos mais baratos e ocupando o mercado ou, então, quando há monopólio, realizando lucros assombrosos.

A única forma de combater esses efeitos nocivos é por meio da redução da jornada de trabalho. Essa é a única maneira de colocar a tecnologia a nosso serviço e não a serviço das fortunas bilionárias dos grandes empresários.

No Brasil, essa necessidade é ainda maior. Como indicado no Anuário Estatístico do Ilaese 2025/26, todos os grandes setores da economia, tirando os servidores públicos, a jornada 6x1 é majoritária. Ela abrange 62% da força de trabalho formal. Por isso, o fim dessa escala de trabalho apenas faz sentido se significar também a redução da jornada de trabalho. O resto é conversa para boi dormir.

Os trabalhadores não devem se deixar enganar com o discurso de trabalho pago por hora, com jornada ilimitada ou manutenção das mesmas 44 horas semanais, só que distribuída em cinco dias de trabalho. Sem redução da jornada de trabalho não há como combater a situação atual em que cerca de 80 milhões de brasileiros estão sem emprego ou na informalidade.

O fim da escala 6x1 só faz sentido se vier junto com a redução da jornada de trabalho

DISTRIBUIR O TRABALHO A TODOS

Socialismo e jornada de trabalho

A redução da jornada de trabalho está na ordem do dia e devemos nos engajar, todos, pelo fim da jornada 6×1. Mas a produtividade do trabalho, ao contrário do que dizem os economistas, continuará crescendo e voltará a produzir mais e mais desemprego. Principalmente com a generalização recente da inteligência artificial e o amplo desenvolvimento da robótica no interior da China. O problema só poderá ser resolvido quando a jornada de trabalho cair de forma automática com a elevação da produtividade, isto é, quando distribuirmos de forma planejada todos os empregos entre todas as pessoas disponíveis para trabalhar. É precisamente isso que é o socialismo.

O que dissemos acima deveria ser óbvio, mas no capitalismo não é. Essa forma de organização da sociedade está orientada pelo lucro e não pelas necessidades da população. É administrada pelo mercado, que converte cada ganho de produtividade em desemprego e barbárie social. Lutar pelo fim dessa forma de sociedade, expropriando os grandes capitalistas e gerindo a riqueza social de forma planejada por meio de conselhos de trabalhadores, é uma questão de vida ou morte para a humanidade. Dessa batalha depende o nosso presente e o nosso futuro!■

Escreva-se no canal **Orientação Marxista**

CLIQUE AQUI

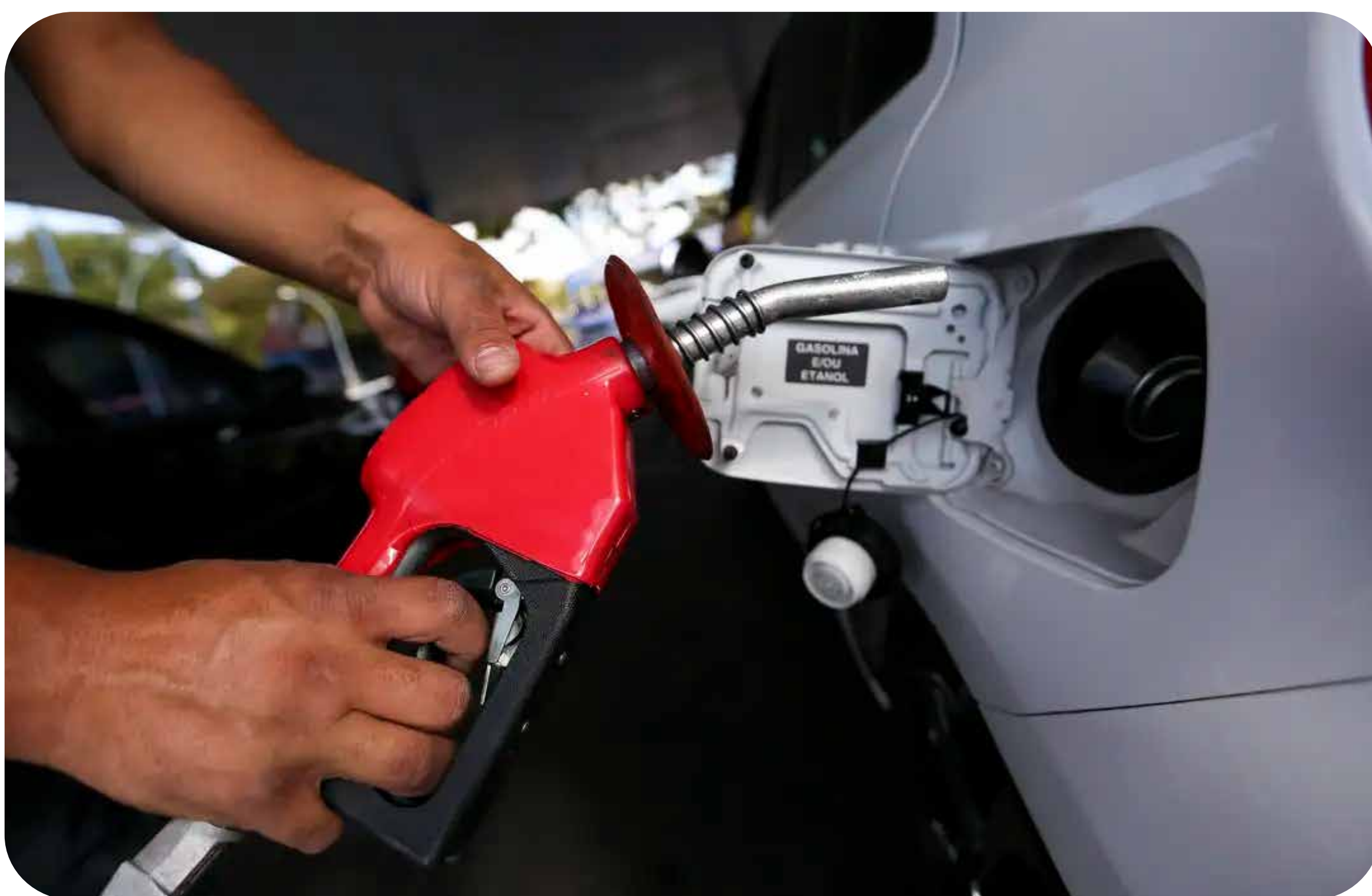
PETRÓLEO

Alta do Diesel expõe dependência e retrocesso do Brasil

Alta dos combustíveis não será resolvida só retomando da BR Distribuidora, mas reestatizando todo o setor, sob controle dos trabalhadores, rumo à transição energética



DA REDAÇÃO



Carro é abastecido em posto de gasolina | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O ataque iniciado pelos Estados Unidos e pelo Estado de Israel contra o Irã desatou uma alta no preço do petróleo em todo o mundo. Em um mês, a cotação internacional do barril subiu 55%. É a maior alta desde o ataque e invasão da Rússia à Ucrânia, em 2022, abrindo a ameaça de uma crise energética global.

Além da destruição de parte da infraestrutura petrolífera iraniana, o fechamento do Estreito de Ormuz, por onde passa um quarto do petróleo do planeta, pressionaram os preços e trouxeram risco de escassez. Da Europa à Ásia, medidas como a restrição à exportação de petróleo,

medidas de racionamento e redução de impostos estão sendo implementadas a toque de caixa.

Não é difícil entender a razão pela qual os países asiáticos ou europeus, altamente dependentes da importação do produto, estão preocupados com a falta de petróleo. Mas por que o Brasil, oitavo maior produtor mundial, aumentou em 11,6% o preço do Diesel no dia 13 de março, quase culminando numa nova greve de caminhoneiros?

TUDO DOMINADO

Os reflexos da alta do petróleo no Brasil, sobretudo no Diesel, expressam os caminhos que o país vem tomando nas últimas décadas. Apesar de produzir mais petróleo do que consome, chegando a exportar óleo bruto, é dependente de produtos refinados, como o Diesel que abastece a frota de caminhões e a quase totalidade de transporte de cargas. Quase 30% do Diesel vêm de fora. A alta lá fora bate aqui, afetando o transporte e disparando, em consequência, uma reação em cadeia em toda a economia.

Isso ocorre porque o Brasil se especializou na extração e produção de petróleo cru, não investiu o suficiente em refinarias e ainda privatizou parte delas nos últimos anos. Exemplos disso são as refinarias da Reman, em Manaus, e a Relam, na Bahia, entregues durante o governo Bolsonaro (e mantidas sob o governo Lula). Uma lógica que segue o projeto da burguesia e do imperialismo de manter e aprofundar o papel subalterno de um país que

exporta produtos de baixo valor agregado para importar, mais caro, produtos processados.

No caso do combustível brasileiro, a dependência e desnacionalização ocorre de uma ponta a outra. Os campos são leiloados ao capital estrangeiro, a Petrobras segue um curso de privatização com a venda de suas ações, e a distribuição também foi passada ao capital privado, principalmente após a entrega da BR Distribuidora. Por isso, mesmo antes do impacto da alta do petróleo ter chegado aqui, as três grandes empresas que monopolizam os postos de gasolina (Vibra, Ipiranga e Raízan-Shell) já aumentavam o preço nas bombas.

A alta dos combustíveis no Brasil, assim, é provocada por uma desnacionalização que avança em todas as etapas de produção. Da Petrobras que, embora estatal, tem a maior parte de suas ações nas mãos de acionistas estrangeiros (que enchem os bolsos com a guerra) e impõe aqui um preço de combustíveis atrelado ao dólar (mesmo com o fim do PPI), à dependência da importação do Diesel e o controle da distribuição por um cartel picareta.

O Brasil produz mais petróleo do que consome, mas a alta do produto lá fora é aplicada aqui e aumenta os custos de toda a economia.

Governo e PT falam em reestatizar a BR Distribuidora, mas mantêm os interesses dos capitalistas

Diante da alta dos combustíveis, o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai, de Santa Catarina, anunciou a formação de uma frente parlamentar pela reestatização da BR Distribuidora. O objetivo, porém, não é necessariamente a reestatização da empresa, hoje nas mãos da Vibra, mas a criação de uma nova estatal ou até mesmo uma “maior participação” do Estado no setor (ou seja, a aquisição de ações dessas distribuidoras privadas).

Primeiro, se o governo e o PT quisessem realmente reestatizar a BR Distribuidora poderiam fazer isso, ou melhor, poderiam já ter feito, e não moveram uma palha nesse sentido. Sem a reestatização da BR Distribuidora, esse cartel de bandidos continuará roubando a população, como mostrou a recente fiscalização da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a qual constatou que a Vibra aumentou 35 vezes o custo do Diesel nos postos. O custo para a empresa aumentou R\$ 0,03 por litro, e a Vibra cobrou R\$ 1,06 ao consumidor final.

O governo zerou a alíquota do PIS/Cofins para o setor, e essa grana foi direto para o bolso dos acionistas das empresas que controlam a distribuição. Não adianta nada formar uma nova empresa para compor esse mesmo cartel, ainda mais atuando com a mesma lógica privada da

Petrobras. Menos ainda adquirir ações para ter mais influência no setor. Só a reestatização completa da BR Distribuidora, assim como a estatização das demais empresas, restabelecendo o monopólio público no setor, pode assegurar que os brasileiros não sejam mais assaltados.

ESTATIZAR TODO O SETOR

Segundo, a medida anunciada pela frente parlamentar considera que o problema dos preços se concentra somente na distribuição. Embora a distribuição tenha sim parte da responsabilidade, o problema é em toda a cadeia produtiva e na lógica privada da própria Petrobras.

O governo Lula, porém, não só não reverteu qualquer processo de privatização como continua entregando o petróleo às grandes multinacionais por meio dos leilões. Não reverteu o processo de privatização da Petrobras, que continua atuando como uma empresa privada com o objetivo prioritário de enriquecer ainda mais seus acionistas estrangeiros, através de dividendos bilionários. Dividendos arrancados pelos altos preços cobrados nos postos, pagos por toda a sociedade, já que isso encarece todo o transporte de praticamente todas as mercadorias.

E o governo ainda está colocando a Margem Equatorial para jogo, pondo em risco o meio ambiente e os povos originários e ribeirinhos em nome do lucro do capital estrangeiro e do imperialismo.

PROGRAMA

Reestatizar a Petrobras e a distribuição, rumo à transição energética

A recente crise do petróleo mostrou como o mundo continua dependente dos combustíveis fósseis e como a transição energética não passa dos discursos. No Brasil, revela a dependência cada vez maior de um país que retrocede cada vez mais na divisão internacional do trabalho.



Refinaria Abreu de Lima | Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Para reverter isso, não há outro caminho a não ser reestatizar não só a BR Distribuidora, mas retomar todo o petróleo, inclusive reestatizando a própria Petrobras. Uma empresa estatal, sob o controle dos trabalhadores, poderia romper com a lógica do mercado internacional, desatrelar o preço dos combustíveis do mercado internacional e produzir não para gerar bilhões em dividendos para bilionários, mas para suprir as necessidades da população. Teríamos Diesel, gasolina e gás de cozinha mais baratos.

Para além disso, seria possível investir de verdade em tecnologia para uma real transição energética, desenvolvendo fontes de energia limpa e evitando o iminente colapso ambiental ao qual o capitalismo está levando o planeta.

SOBERANIA EM XEQUE

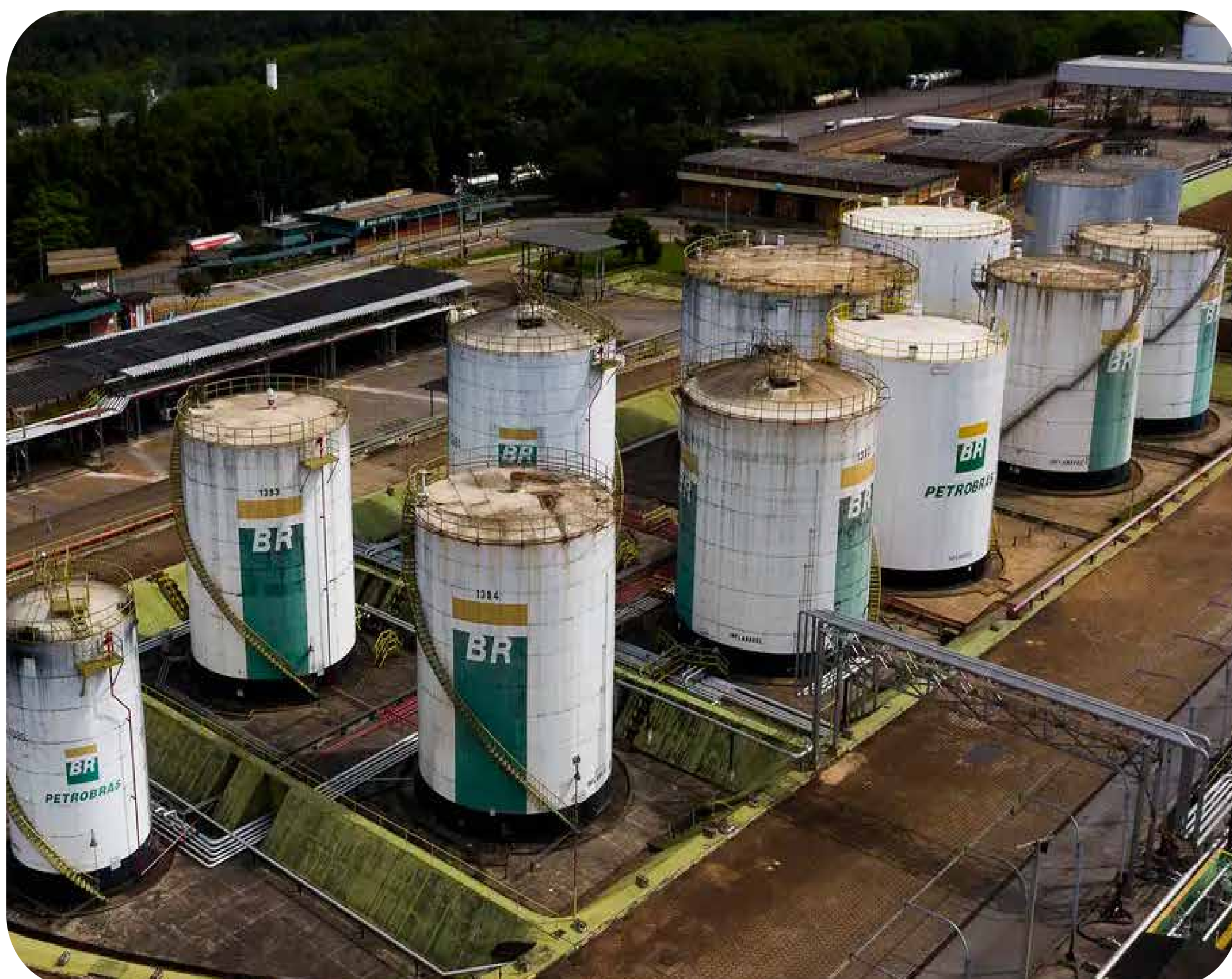
Lula discursa a favor da soberania enquanto aprofunda entrega do país

Mais uma vez, o presidente Lula realizou, para um público externo, um discurso a favor da soberania do Brasil e contra as intervenções do imperialismo estadunidense. No discurso proferido durante a abertura da X Cúpula de Líderes da Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), no último dia 20 na Colômbia, Lula afirmou que “estão querendo nos colonizar outra vez”, e a região não poderia voltar a ser mera exportadora de matéria-prima, citando em especial as terras raras.

Lula afirma isso poucos meses após seu próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ter colocado as terras raras na mesa, no contexto das negociações com Trump durante o tarifaço; e poucas semanas após ter comemorado o acordo Mercosul-União Europeia, que não é outra coisa senão a abertura do caminho para a exportação do agronegócio em troca da abertura do mercado para a indústria europeia, sobretudo a alemã.

Em todos os âmbitos, o governo Lula faz o exato oposto do que discursa para fora. Faz uma política entreguista, e avança na subordinação do país frente não só ao imperialismo estadunidense, como também ao decadente imperialismo europeu e ao ascendente imperialismo chinês. O país está à venda, e quem pagar mais leva.

Nesse sentido, a diferença entre a política do governo Lula e a do bolsonarismo é que, enquanto a extrema direita se coloca de forma mais evidente como um entreposto aos interesses do imperialismo estadunidense, Lula quer ficar bem com todos os imperialismos. Embora expressem maneiras diferentes de subordinação do país ao imperialismo, o resultado continua sendo um país que avança cada vez mais para uma condição de mera colônia. ■



Refinária de petróleo e óleo diesel | Foto: Marcello Casal jr/Agência Brasil

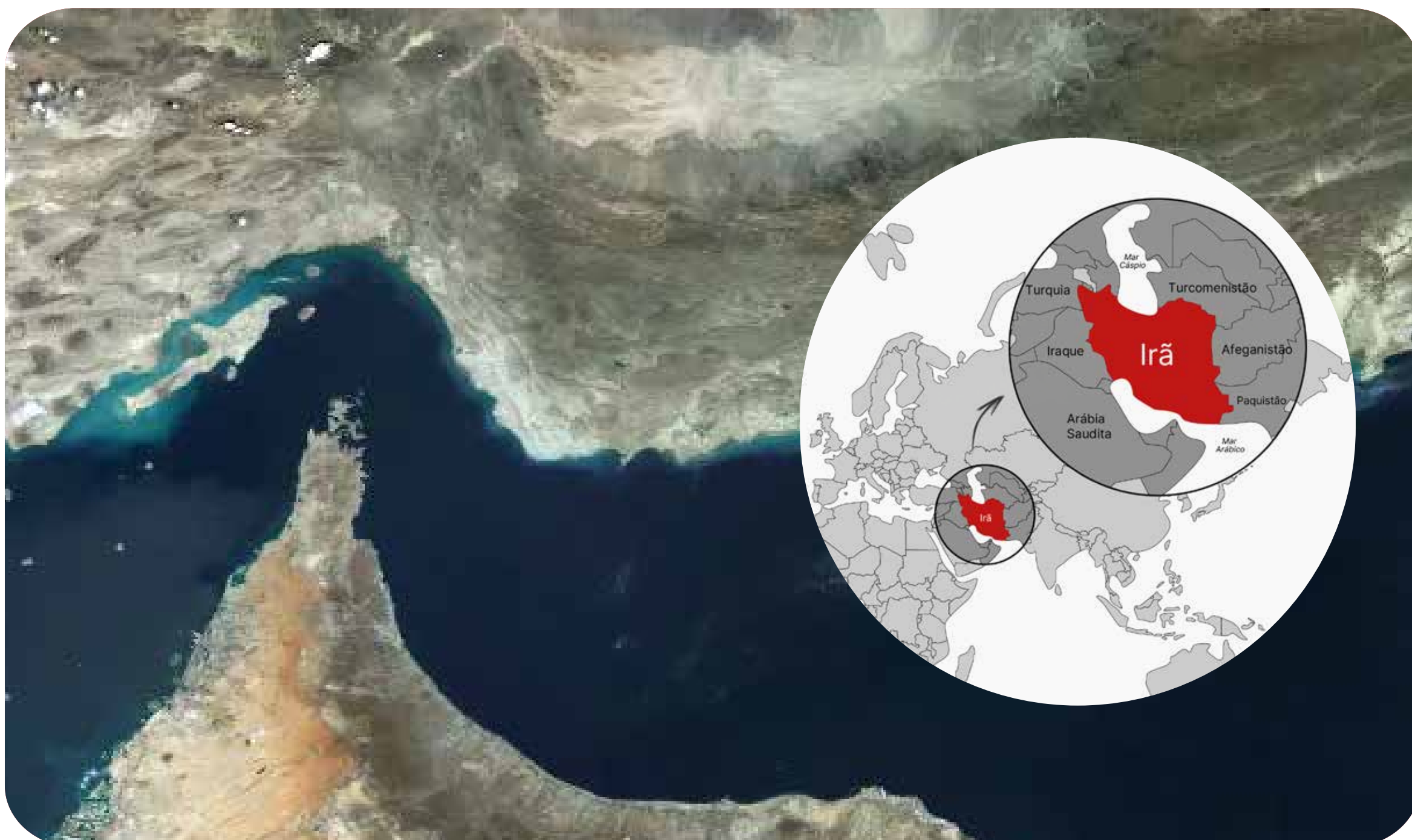
IRÃ

Primeiro mês da guerra arrasta Trump a um impasse

É preciso tomar as ruas para derrotar Trump e o Estado de Israel



FABIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)



Estreito de Ormuz sob localização geográfica do Irã

Aproximando-se do primeiro mês desde o início da agressão militar estadunidense e israelense contra o Irã e o Líbano, o presidente Trump não encontra respostas fáceis para superar a crise internacional do petróleo e a surpreendente estratégia militar iraniana.

No dia 22 de março, Trump fez declarações sinalizando negociações para o fim da guerra e o adiamento dos ataques às centrais elétricas iranianas por cinco dias. O objetivo dessas declarações foi evitar a alta desenfreada do preço do barril de petróleo e ganhar tempo para decidir uma saída, seja para o fim da guerra, seja para aprofundar a agressão.

Na verdade, a tática iraniana de atacar os países árabes com bases estadunidenses, que são todos grandes produtores de petróleo e gás, e de bloquear o Estreito de Ormuz está, neste momento, prevalecendo sobre a enorme superioridade militar dos Estados Unidos e de Israel.

APOSTA ARRISCADA

No entanto, as perspectivas de cessar-fogo via negociação são muito difíceis. Trump apresentou uma pauta de exigências ao Irã que configuram uma rendição, o que não corresponde ao atual estágio do conflito. Trump quer nada menos que o fim completo do programa nuclear e de mísseis balísticos iranianos, o fim do apoio aos aliados na região, como Hezbollah, Hamas, o iraquiano Hashd Shaabi e o iemenita Ansar Allah (mais conhecidos como Houthis), além da abertura irrestrita do Estreito de Ormuz. E tudo isso em troca de um cessar-fogo e de algum alívio nas pesadas sanções econômicas imperialistas.

No entanto, o regime iraniano, fortalecido pela crise energética internacional da qual ele tem o controle neste momento, exige as justas reparações de guerra por todas as mortes e destruição provocadas pela agressão estadunidense e de seus assecclas sionistas, além do fim das criminosas sanções econômicas e garantias de que os Estados Unidos e Israel não voltarão a agredir o país, o que passa pelo fim das bases estadunidenses em todo o Oriente Médio.

As negociações são realizadas por intermediários: os governos do Paquistão, da Turquia, do Egito e de Omã. Mas não há sinais evidentes de que

possam frutificar no curto prazo sem configurar uma derrota para um dos lados.

Como alternativa, Trump aguarda a chegada de um reforço naval com dois mil fuzileiros, previsto para ocorrer no dia 27, e, dessa forma, tentar uma invasão terrestre na estratégica ilha de Kharg, principal terminal de exportação de petróleo iraniano, ou em outras ilhas e territórios ao redor do Estreito de Ormuz. Pode ainda tentar o arriscadíssimo envio de comandos militares para Isfahan em busca dos 404 kg de urânio enriquecido cujo destino é desconhecido, mas pode estar nos subterrâneos dessa cidade.

A aposta no aprofundamento da agressão militar é muito arriscada, pois o Irã demonstrou que pode não apenas atingir os principais centros de exploração de petróleo e gás da região, mas também lançar mísseis contra alvos israelenses menos protegidos como ocorreu nas cidades de Dimona e Arad, no deserto do Nakab, ou ainda alvos a 4 mil quilômetros de distância como a base britânica de Diego Garcia no meio do Oceano Índico. Há ainda informações desencontradas sobre o abate de um moderno avião F-35 de fabricação estadunidense nos céus de Teerã, o que seria um grande golpe sobre a covarde agressão aérea de Trump e Netanyahu.

Trump apresentou um conjunto de exigências que significam a completa rendição do Irã, que está neste momento fortalecido devido à surpreendente resposta à agressão militar.

PALESTINA

Israel continua o genocídio na Palestina e a expansão territorial

Para o Estado de Israel, a guerra vai bem. Por um lado, o genocídio e a limpeza étnica contra o povo palestino em Gaza e na Cisjordânia continuam a todo vapor, apoiados pelo “Conselho da Paz” de Donald Trump e pela cortina de fumaça propiciada pela agressão ao Irã.

Além disso, os sionistas planejam uma expansão territorial no sul do Líbano e da Síria. No Líbano, já assassinaram mais de mil libaneses e expulsaram um milhão de pessoas, além da destruição de bairros e vilas no sul do país, na capital Beirute e no vale do Bekaa. Seu plano é ocupar o território libanês até o rio Litani e eventualmente continuar até Beirute. Contam com a omissão do governo libanês, que se limita a pedir negociações com o agressor, além de ameaçar reprimir a resistência libanesa, em vez de conclamar o povo a enfrentar a invasão israelense de armas na mão.

Na Síria o plano israelense é ocupar o sul do país, desde as colinas do Golã até a província de Sweida, passando pelas províncias de Quneitra e Daraa. O governo sírio aposta na ajuda diplomática de seus aliados turcos e da Liga Árabe, cujo apoio não conseguiu paralisar os avanços regulares dos sionistas.

É evidente que para desenvolver esse plano rumo à “Grande Israel”, os sionistas dependem do apoio militar, político, diplomático e financeiro do imperialismo estadunidense e da tradicional cumplicidade internacional dos 62 países

denunciados pela relatora da ONU para os territórios palestinos, Francesca Albanese.

GANHANDO COM A GUERRA

O oportunismo imperialista russo e chinês

O imperialismo russo, um dos principais beneficiários da guerra, mantém seu papel de grande exportador de petróleo para a máquina genocida sionista. Além disso, negocia com o governo Trump o fim do fornecimento de informações logísticas ao Irã em troca do fim do fornecimento de informações logísticas por parte dos Estados Unidos para a Ucrânia.

Já o imperialismo chinês está se tornando outro beneficiário da guerra. O petróleo iraniano continua fluindo para suas refinarias, e suas extensas reservas estratégicas garantem, por enquanto, o funcionamento da economia. Ao mesmo tempo, consolida sua política de transição energética para evitar sua dependência de combustíveis fósseis e se beneficia com a perda de credibilidade do imperialismo estadunidense, apresentando-se como um imperialismo mais previsível e confiável (ainda que continue sendo imperialismo).

POVO IRANIANO

Contra a agressão imperialista e contra a ditadura

O povo iraniano enfrenta uma situação muito difícil. De um lado, o número de mortos vítimas da agressão imperialista já passa dos dois mil, além de

ampla destruição de escolas, hospitais, indústria farmacêutica, reservatórios de petróleo, centros de produção e distribuição de gás, o que ameaça a sobrevivência da população. Por outro lado, a ditadura executou três presos políticos que participaram de uma onda de protestos populares há três meses.

O grau de destruição é tão grande, que até o filho do ex-xá Reza Pahlavi criticou o bombardeio de sua antiga residência no norte de Teerã. Para este senhor, sua antiga residência é muito mais importante que as vidas dos dois mil iranianos mortos, ou que os dez milhões de habitantes de Teerã que sofrem com a chuva ácida, ou ainda que as 175 vítimas do bombardeio de uma escola, a maioria das quais meninas de 7 a 12 anos de idade. Reza Pahlavi apoia a agressão militar ao Irã e por isso as forças monarquistas que ele lidera perdem credibilidade entre a população dentro e fora do país.

Por outro lado, a base social da ditadura iraniana se moraliza e se fortalece com os sucessos na defesa do país.

Já os setores operários e populares de oposição à ditadura se opõem aos criminosos ataques imperialistas e entendem que é necessário o fim da agressão para retomar sua luta por liberdades democráticas e condições de vida.

DERROTAR TRUMP E ISRAEL

Às ruas contra os imperialismos!

Para o PSTU e a Liga Internacional dos

Trabalhadores – Quarta Internacional, a derrota militar dos Estados Unidos e de Israel representará um avanço para a luta do povo iraniano e de todos os povos árabes. Isso também demonstrará que nem mesmo as mais poderosas potências são invencíveis. Por este motivo nos colocamos na mesma trincheira militar do regime iraniano, do Hezbollah, e da resistência Palestina contra a criminosa agressão estadunidense e israelense.

Mas isso não significa dar apoio político à ditadura iraniana ou ao eixo da resistência. Ao contrário, o regime iraniano pode a qualquer momento fazer um acordo com as forças imperialistas e sionistas para garantir a sua sobrevivência, abandonando a resistência Palestina e Libanesa, como fez em outubro de 2023 e 2024 respectivamente em meio ao genocídio em Gaza e aos massacres no Líbano.

Por isso, não podemos depositar qualquer confiança política, mas sim exigir da ditadura iraniana a liberdade dos presos políticos, o armamento da população para enfrentar uma eventual invasão terrestre imperialista, além do aumento de salários e a entrega de alimentos para toda a população, em particular o um milhão de deslocados, para enfrentar a carestia.

LULA, PARE O ENVIO DE PETRÓLEO A ISRAEL!

Por fim, cobramos do governo Lula medidas em solidariedade aos povos agredidos no Irã, no Líbano e na Palestina. Os trabalhadores petroleiros e petroleiras cariocas apresentaram uma boa proposta: parar o envio de petróleo para Israel e enviar esse mesmo petróleo para Cuba, rompendo o bloqueio energético imposto pelo presidente Trump. Dessa forma, acertamos os dois

agressores, Estados Unidos e Israel, com uma só cajadada.

De toda forma, é fundamental que a classe trabalhadora e a juventude em todos os países tomem as ruas pela derrota da agressão imperialista e em solidariedade com o povo palestino, libanês e iraniano. Temos o protesto “No Kings”, no dia 28 de março, nos Estados Unidos, e o Dia da Terra Palestina em todo o mundo, que são momentos oportunos para expressar o apoio operário e popular aos povos oprimidos contra os imperialismos. ■

Não podemos depositar nenhuma confiança na ditadura iraniana, mas exigir a liberdade dos presos políticos, o armamento da população para enfrentar o imperialismo e o atendimento das justas reivindicações do povo.



Destruição na capital do Irã

UMA VIAGEM A CUBA

Fora imperialismo ianque! Uma viagem em apoio ao povo cubano



HERTZ DIAS,
PRÉ-CANDIDATO A PRESIDENTE DA REPÚBLICA PELO PSTU



Hertz Dias, pré-candidato a presidente da república pelo PSTU em viagem a Cuba

Na última semana, estive em Cuba. O país da revolução mais celebrada do continente, uma pequena ilha do Caribe que enfrentou um império e conquistou não só sua independência como também educação, saúde e, por alguns anos, uma economia planificada voltada às necessidades dos trabalhadores e povo cubano.

Hoje, Cuba está ameaçada de ocupação militar por Trump. Diante de tanta importância histórica para os revolucionários e da necessidade de prestar minha solidariedade nesse momento de ataque

imperialista, desembarquei em Cuba tentando entender por que essa revolução não existe mais, por que suas conquistas estão sendo perdidas e o que existe hoje é um sistema capitalista operando com grande controle sobre a economia da ilha, coordenado por um regime repressivo que vigia a população.



DIA 1: DOS APAGÕES AO DIÁLOGO COM O GOVERNO TRUMP

Cheguei e já vivi a “experiência completa”, como disseram os cubanos, rindo de sua própria situação. Logo no primeiro dia nos deparamos com as consequências da política de Trump, impedindo o envio de petróleo da Venezuela para Cuba. Ficamos mais de trinta horas sem energia, sem água e sem internet, um impacto imenso para a população que já vive sob um cenário de muitas carências.

No fim da tarde, ao conversar com os cubanos, soubemos do anúncio das medidas de abertura comercial em um diálogo com os Estados Unidos, garantindo a possibilidade de investimentos nos setores energéticos, de infraestrutura em geral e até financeiro.

A pergunta que os cubanos nos fizeram foi: “Por que em uma semana dialogam com os Estados Unidos e em mais de 60 anos não conseguem ouvir a própria população?”



DIA 2: FOME, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DESIGUALDADES LATINO-AMERICANAS

No segundo dia seguíamos sem luz, mas com gás. Havíamos levado goma de tapioca do Brasil, café e alguns temperos para tentar cozinhar por lá.

Fomos em busca de alguma proteína. O único supermercado que encontramos foi um das “Tiendas MLC”, lugares dolarizados que vendem produtos importados a preços exorbitantes. Nas ruas, vi amontoados de lixo e pessoas catando comida neles. Vi uma senhora pegar um ovo e depois se desfazer dele, pois estava podre. Fiquei de coração partido, mas, ao mesmo tempo, repleto de ódio. O bloqueio econômico histórico imposto a Cuba tem culpa, mas o principal responsável tem nome: capitalismo. A miséria e a fome são produtos da restauração do capitalismo na ilha. Gastando onze vezes mais com turismo que com comida, o governo cubano escolhe suas prioridades, e as evidências estão nos documentos públicos.



DIA 3: A FALTA DE LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Ao longo da viagem, fomos recepcionados por jovens ativistas críticos ao regime. São socialistas, radicalmente anti-imperialistas e organizam uma cozinha solidária numa paróquia e nas ruas de Habana Vieja, um bairro popular. Alguns deles são ex-presos políticos por terem participado das mobilizações de 11 de julho de 2021, as quais exigiam comida, remédios, emprego e liberdades democráticas. Eles eram apenas alguns dos mais de 1.700 cubanos que foram presos nos dias e meses seguintes aos protestos. Quase 400 seguem encarcerados. Uma dessas pessoas é Brenda, jovem trans com várias comorbidades e jogada em um presídio masculino.

A arbitrariedade das prisões e a dureza das penas revela o ódio do regime a qualquer tipo de contestação. Uma dessas ativistas nos contou que há um grande conteúdo de raça e classe nessas

prisões. Pobres e pretos seguem encarcerados, enquanto aos brancos e setores médios o destino é o exílio forçado.



DIA 4: A RESTAURAÇÃO DO CAPITALISMO

Ao ver tanto sofrimento, lembrei-me das duas principais caricaturas que existem de Cuba. Uma é da extrema direita, que diz que o país é socialista para associar o socialismo à pobreza, à fome e ao autoritarismo. Por outro lado, quase toda a esquerda nega que exista pobreza e autoritarismo e romantiza a ilha chamando-a de “último bastião do socialismo” e “reserva moral da humanidade”. A extrema direita nega que exista um bloqueio criminoso há quase setenta anos. Já a esquerda nega que o capitalismo tenha sido restaurado. No limite, o que parece é o encontro dos dois extremos: ambos dizem que Cuba é socialista.

O que nenhum dos dois lados consegue explicar é: por que, mesmo com bloqueio econômico e com a crise econômica mundial dos anos 1970, Cuba passou de um dos países mais pobres do mundo a um país sem desemprego, fome, prostituição, analfabetismo e mortalidade infantil? Por que tinha o melhor sistema de saúde e educação da América Latina? Por que se orgulhava de ser uma potência mundial nos esportes? A resposta é simples: naquela época, a economia cubana, apesar de frágil, não estava voltada para a lógica do mercado capitalista, mas planejada para atender às necessidades de seu povo.

Porém, a partir dos anos 1990, o regime do Partido Comunista cubano acabou com o monopólio do comércio exterior, com a planificação da economia

e começou a privatizar empresas estatais. O imperialismo europeu voltou à ilha, focado na exploração do turismo. Produto disso, uma burguesia surgiu dentro do próprio partido e entre altos funcionários do regime.

Hoje, Trump está em busca não só de entrar na ilha no terreno econômico, mas de a recolonizar, um plano semelhante ao da Venezuela.



DIA 5: O QUE QUEREM OS TRABALHADORES CUBANOS?

Fui a Cuba determinado a entender a realidade e conversar com a população. Nesses dias, conversei com ativistas, com o povo cubano e andei pelas quebradas do Centro Habana e de Habana Vieja. O que ouvi e vi não tem nada a ver com o que a esquerda mundial fala do povo cubano. O que os cubanos querem, pelo menos a maioria deles, é o fim de duas coisas: do embargo econômico e da ditadura. Mas esse desejo por liberdades democráticas é tão intenso, e a falta de uma alternativa pela esquerda também, que hoje boa parte dos cubanos se diz de direita ou anticomunista, sobretudo a geração mais nova.

Infelizmente, aqueles que continuam dizendo que Cuba é socialista, talvez não saibam, mas fazem propaganda gratuita para a direita que afirma a mesma coisa, ainda que com intenções diferentes. Para construir uma nova consciência revolucionária de esquerda e socialista no país é necessário ouvir e confiar no povo cubano, reconstruir sua identidade como classe e apoiar a formação de sindicatos, movimentos e organizações que lutem por uma vida digna, direitos e um país mais justo.



DIA 6: A FLOTILLA DA SOLIDARIEDADE – DOAÇÕES BEM-VINDAS, APOIO AO REGIME RECHAÇADO

Fomos a Cuba prestar nossa solidariedade anti-imperialista e levar doações para a flotilha “Convoy Nuestra América”. Os alimentos foram entregues para uma cozinha solidária, os medicamentos levaríamos para o ato de recepção da flotilha. Chegamos na segunda-feira (16) e a Flotilha chegaria no sábado (21). Passamos a semana toda buscando informações sobre onde seria o grande ato com os cubanos, mas essa informação não existia.



Flotilla da Solidariedade

Perguntamos à população, e ninguém sabia de nada. Nas poucas horas com luz, a televisão tampouco anunciou qualquer concentração contra o imperialismo e de recebimento das doações. Tudo muito estranho, afinal, Cuba estava diante de uma agressão imperialista dos Estados Unidos e o mínimo que se esperava era que o governo convocasse o povo às ruas.

Ficamos sabendo que houve um ato fechado na

sexta-feira (20), com convidados selecionados. Não havia povo, apenas delegações internacionais e o Partido Comunista de Cuba. No dia seguinte, ocorreu outro pequeno ato, novamente sem o povo cubano. Fica a pergunta: quem é a maior ameaça ao regime cubano, Trump ou o povo cubano?

Infelizmente, a flotilha foi utilizada a favor do regime, e seu potencial como demonstração de força anti-imperialista foi perdido ao não ter participação popular.



DIA 7: QUE AJUDA REAL PODEMOS DAR AO POVO CUBANO?

Depois de uma semana em Cuba, não tenho dúvidas sobre a força desse povo. Uma pequena ilha cheia de vida, com uma cultura explosiva e um povo crítico, inteligente e que anseia viver com dignidade.

O que nunca houve em Cuba foi uma confiança real do regime na força dos trabalhadores. A organização popular, a democracia direta e o destino dos cubanos foram sendo sufocados. Pensar e ser diferente sempre foi um crime, como mostram as repressões e as UMAPs (campos de trabalhos forçados) para as quais foram, além de dissidentes políticos, gays, artistas e todos que não combinavam com o regime autoritário.

Ser solidário a um povo é entender seus anseios, ouvir seus reclamos por justiça e direitos básicos. É também apresentar uma outra visão de socialismo que não seja autoritarismo e escassez.

Após esses dias, sei que nossa luta por uma Cuba

soberana, independente e livre do imperialismo é mais necessária do que nunca, mas ela só pode existir confiando na força do povo cubano.

Ouvir os cubanos agora é fortalecer suas lutas contra a repressão, o autoritarismo e a miséria. Por isso, não podemos deixar de exigir: liberdade aos presos políticos e fim das condenações arbitrárias.

No Brasil, devemos exigir do governo que envie petróleo a Cuba e lute pelo fim do embargo. Devemos lutar pela autonomia de Cuba em cada local de trabalho, estudo ou movimento. Mas sem nunca ocultar a verdade.

Cuba não é socialista porque socialismo não é miséria. Socialismo são as necessidades coletivas atendidas. Não é socialista porque socialismo é democracia operária, com participação ativa do povo. Não é socialista porque não pode ser um regime autoritário e de privilégios.■

Vamos prestar nossa solidariedade ao povo cubano, e ela começa por olhar a realidade e dizer a verdade.



Hertz Dias, pré-candidato a presidente da república pelo PSTU em viagem a Cuba

MANOBRA IMPERIALISTA

Classificar facções como terroristas é um tiro no pé do nosso povo

 ISRAEL LUZ,
DE SÃO PAULO



Fonte: Reprodução

Que a segurança pública será um dos grandes temas das eleições de 2026 é evidente. Nas últimas semanas, o debate voltou a se cruzar com a ofensiva de Donald Trump contra a soberania dos países da América Latina. Estamos falando da proposta dos Estados Unidos, apoiada pelo bolsonarismo, de classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações “narcoterroristas”. Enquanto isso, entre a extrema direita e a esquerda governista, o essencial segue fora do debate: quais medidas de fato melhoram a vida e a segurança da classe trabalhadora?

DE ONDE VEM ESSA PROPOSTA

Em 2025, a ideia surgiu no Projeto de Lei das Facções, apresentado como resposta à

insegurança, mas sem enfrentar suas causas estruturais. Ao mesmo tempo, buscava-se evitar que o tema ficasse sob domínio exclusivo da extrema direita.

O bolsonarismo, por sua vez, repetia sua fórmula: mais mortes pela polícia e mais encarceramento em massa. Como se o Brasil já não tivesse forças policiais extremamente letais e uma das maiores populações carcerárias do mundo, atingindo sobretudo a juventude negra e periférica.

O relator foi Guilherme Derrite, cuja trajetória e gestão em São Paulo ficaram marcadas pelo aumento da letalidade policial. Após negociações com o governo Lula, a proposta de classificar PCC e CV como “narcoterroristas” foi retirada naquele momento.

AGORA, UM CENÁRIO MAIS GRAVE

Em setembro de 2025, o pescador colombiano Alejandro Carranza foi morto em uma ação dos Estados Unidos no Caribe sob acusação de tráfico nunca comprovada. Como ele, mais de 80 pessoas foram mortas. O caso continua sendo denunciado por familiares e organizações de direitos humanos.

Esse episódio ajuda a entender a retomada do tema: ele está diretamente ligado à estratégia dos Estados Unidos de ampliar seu domínio sobre a América Latina. Trump busca reforçar sua influência diante da China, contando com aliados como Milei, Noboa e Bukele.

Na cúpula “Escudo das Américas”, esse alinhamento avançou. Poucos dias depois, o

Paraguai aprovou um acordo que concede privilégios e imunidade a militares e empresas estadunidenses permitindo, na prática, que atuem sem responder à justiça local.

Também houve tensões na fronteira entre Equador e Colômbia após uma operação com participação dos Estados Unidos ultrapassar limites territoriais. Esse conjunto de fatos revela o risco de aprofundamento da ingerência externa na região.

NÃO É SOBRE SEGURANÇA

A segurança pública seguirá central em 2026. O bolsonarismo aposta no medo social para justificar medidas autoritárias, como o modelo prisional de El Salvador, marcado por encarceramento em massa, violações de direitos e perseguição política.

A esquerda governista tampouco apresenta uma alternativa real. Estados governados pelo PT ou aliados, como Bahia e Pará, registram altos índices de letalidade policial segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025.

Ou seja, o problema não é a ausência de repressão, mas a manutenção de um modelo racista, violento e militarizado, que atua como instrumento de controle social em um país marcado por profundas desigualdades.

“Narcoterrorismo” e soberania

A definição de terrorismo é política. Por que ações de potências como Estados Unidos ou Israel não recebem esse rótulo? Porque são

essas mesmas potências que determinam quem será classificado como terrorista.

No caso do PCC e do CV, não há objetivo político, mas busca de lucro, muitas vezes articulada com setores da economia formal. Investigações já demonstraram vínculos com empresas e instituições legais.

Além disso, o crime organizado não cresce sem apoio ou conivência estatal, seja pela corrupção, seja pelo funcionamento do sistema prisional como espaço de recrutamento.

Especialistas alertam que essa classificação pode inclusive prejudicar investigações. O promotor Lincoln Gakiya aponta que a federalização dos casos pode enfraquecer o combate às facções.

Mais do que isso, o rótulo de “narcoterrorismo” abre caminho para maior intervenção dos Estados Unidos, sob o pretexto de combate ao crime, colocando em risco a soberania nacional.

O rótulo de “narcoterrorismo” abre caminho para maior intervenção dos Estados Unidos, sob o pretexto de combate ao crime.

SAÍDA

Qual é o caminho?

A saída passa pela organização independente da classe trabalhadora e dos povos oprimidos em toda a América Latina.

Experiências recentes apontam caminhos: mobilizações nos Estados Unidos contra políticas anti-imigração, a vitória indígena em Santarém contra interesses da Cargill e a greve da Avibras mostram a força da luta coletiva.

Mais do que nunca, é necessário lutar por uma nova independência, baseada no controle popular das riquezas produzidas pelo trabalho e na soberania dos povos. ■

Leia o texto completo no site:

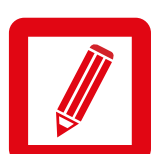
[CLIQUE AQUI](#)



Fonte: Reprodução

AMAZÔNIA

Belo Sun avança sobre Xingu, e resistência indígena ganha força com ocupação da Funai em Altamira



ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO



A sede da Funai, em Altamira (PA), está ocupada há 30 dias por indígenas, que lutam em defesa do rio Xingu | Foto: SOS Tapajós

Há mais de uma década, o projeto da mineradora canadense Belo Sun se arrasta entre denúncias, questionamentos judiciais e a resistência firme dos povos da região. Agora, torna a ameaçar a Volta Grande do Xingu, no Pará, um território já profundamente impactado pela usina hidrelétrica de Belo Monte e ainda marcado por graves consequências sociais e ambientais.

Diante desse novo avanço, mulheres indígenas iniciaram a ocupação da sede da Funai, em Altamira. A mobilização denuncia os riscos do projeto e exige sua suspensão definitiva,

afirmando o direito dos povos originários à consulta prévia, livre e informada, um princípio com frequência ignorado em grandes empreendimentos na Amazônia.

OCUPAÇÃO INDÍGENA FORTALECE RESISTÊNCIA

O PSTU manifesta total apoio à ocupação e chama movimentos sociais, organizações populares e toda a classe trabalhadora a fortalecer essa luta.

A experiência recente em Santarém aponta um caminho: a ocupação indígena na unidade da Cargill foi decisiva para barrar a privatização das hidrovias nos rios Tapajós, Madeira e Tocantins. É esse exemplo que deve ser seguido: manter a mobilização até que o projeto da Belo Sun seja definitivamente derrotado.

UM TERRITÓRIO JÁ DEVASTADO

A possível instalação da Belo Sun tende a aprofundar um cenário já crítico. A usina hidrelétrica de Belo Monte, construída durante os governos do PT, foi imposta ignorando denúncias, estudos técnicos e a voz das populações atingidas. Deixou um rastro de deslocamentos forçados, precarização das condições de vida e impactos ambientais ainda não reparados.

Agora, a mineradora pretende avançar com um projeto que prevê o desmatamento de mais de 590 hectares de floresta; o uso de substâncias altamente tóxicas, como o cianeto; a construção de uma barragem de rejeitos maior que a de Mariana (MG) a menos de 1 km do rio Xingu (em caso de rompimento, a destruição será

irreversível); e a geração de até 92 milhões de metros quadrados de rejeitos. Além disso, a Belo Sun consumirá água suficiente para abastecer 60 mil pessoas por dia. Isso agravará mais ainda a seca na região e inviabilizará a produção agrícola de ribeirinhos e agricultores locais.

Isso não é desenvolvimento. É destruição, aprofundamento das desigualdades e ameaça direta aos povos indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares. Mais uma vez, quem paga a conta são a floresta, os rios e as populações.

UM MODELO QUE SE REPETE: DA DITADURA AOS DIAS ATUAIS

A imposição de grandes projetos na Amazônia não é novidade. Durante a ditadura militar, obras como a Transamazônica e a hidrelétrica de Tucuruí foram implementadas à força, sob o discurso de integração e progresso. Na prática, significaram expulsão de comunidades, devastação ambiental e concentração de riqueza.

Hoje, esse mesmo modelo se repete. Projetos como a Ferrogrão, o asfaltamento da BR-319, a privatização das hidrovias e a exploração de petróleo na foz do rio Amazonas avançam sob responsabilidade do atual governo federal, comandado pelo PT. Todos apresentados como desenvolvimento, mas com impactos profundos sobre territórios e populações.

A diferença é que agora esse processo é conduzido por um governo que se “diz progressista”, mas mantém a lógica de imposição, silenciamento e destruição.

O PAPEL DO GOVERNO E OS LIMITES INSTITUCIONAIS

Nesse contexto, também é necessário questionar o papel do Ministério dos Povos Indígenas. Diante de ataques concretos aos territórios, a atuação da ministra Sônia Guajajara (PSOL) não corresponde, na prática, à defesa firme dos direitos dos povos originários, o que gera críticas entre setores do movimento. Enquanto isso, grandes empreendimentos seguem avançando, evidenciando os limites das respostas institucionais diante da pressão do capital e dos interesses do agronegócio e da mineração.

FORTALECER A LUTA E BARRAR A DESTRUIÇÃO

A luta contra a Belo Sun não é isolada. Ela se conecta a um enfrentamento mais amplo contra a destruição ambiental e a exploração dos territórios. A ocupação da Funai em Altamira é, hoje, uma trincheira central da resistência.

É preciso ampliá-la, fortalecer a mobilização e seguir o exemplo de Santarém: só sair após garantir a derrota do projeto. Os povos indígenas mostram, mais uma vez, o caminho. Sua luta não é apenas por seus territórios, mas pela preservação da Amazônia e pelo futuro de toda a sociedade.

Diante da lógica predatória do capitalismo, que transforma natureza em mercadoria e vida em lucro, torna-se urgente construir uma alternativa que coloque no centro a preservação ambiental, os direitos dos povos e outra forma de organizar a sociedade. A resistência no Xingu é, portanto, parte de uma luta maior contra um modelo que promete progresso, mas entrega devastação. ■